

Revista **a** EVOLUÇÃO



FÁTIMA GAMA

Profa. Doutoranda em Ciências Sociais

ENTREVISTA

Profa. Dra. KÁTIA CARNEIRO, da UFRJ.



LANÇAMENTO



Participa de
ABEC
BRASIL



INTERNATIONAL
STANDARD
SERIALS
NUMBERING



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 51 - Abril de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Mirella Clerici Loayza

Colunista:

Adeilson Batista Lins

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva

Alecina do Nascimento Santos

André Luiz Dias Leite

Andressa Talita de Lara

Angelita Aparecida Ferreira Gebin

Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima T. Dias dos Santos Gama

Beatris Maria Mocellin

Daniel Leopoldo Moreira Barbosa

Daniela Proença Verly da Silva

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Josefa Bezerra de Meneses

Letícia Zuza de Lima Cabral

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida Armandilha Nunes

Maria de Fátima Costa Rocha

Marilena Wackler

Sidnéa dos Santos Quintino Amorim

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Soraia Mitauy Freitas

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 51 (abr. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 196 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.51

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

A

São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

07 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

11 HOMENAGEM**FÁTIMA GAMA****ARTIGOS**

- | | |
|---|-----|
| 1. LINGUAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA | |
| 2. A INTERAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE
ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS | |
| 3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO
ANDRÉ LUIZ DIAS LEITE | |
| 4. EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO DESAFIO
ANDRESSA TALITA DE LARA | 35 |
| 5. RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM
ANGELITA APARECIDA FERREIRA GEBIN | 43 |
| 6. OS DESAFIOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA EM LUANDA
ANTÔNIO DOS SANTOS JOÃO MIGUEL / FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTO GAMA | 51 |
| 7. EMMI PIKLER: UMA VISÃO REVOLUCIONÁRIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR INFANTIL
BEATRIS MARIA MOCELLIN | 63 |
| 8. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, A QUALIDADE DO ENSINO E A RELAÇÃO DISCENTE E DOCENTE NA SALA DE AULA
DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 69 |
| 9. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO COMO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA
DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA | 77 |
| 10. PRIORIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL
DINAH LUISA DA SILVA | 85 |
| 11. NEUROCIÊNCIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A VIDA ESCOLAR
ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO | 93 |
| 12. A NEUROLINGÜÍSTICA E OS TALENTOS DOS EDUCANDOS
ESTER DE PAULA OLIVEIRA | 101 |
| 13. PARQUE INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE GARANTIDA PARA TODOS
JOSEFA BEZERRA DE MENESES | 109 |
| 14. PROPOSTAS MATEMÁTICAS NAS SALAS DE PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO DA RMESP
LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL | 117 |
| 15. ABORDAGENS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE EDUCADORES
LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS | 125 |
| 16. DESPERTANDO O INTERESSE DAS CRIANÇAS PELOS CONTOS DE FADAS
MARCELA RODRIGUES PIMENTEL | 131 |
| 17. AS CONTAÇÕES DE HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APRENDIZADO
MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES | 137 |
| 18. GESTÃO DIRETRIZES E COMPROMISSOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA | 143 |
| 19. MÉTODOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
MARILENA WACKLER | 149 |
| 20. A DIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SIDNÉA DOS SANTOS QUINTINO AMORIM | 159 |
| 21. PEDAGOGIA DE PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I
SIDNEIA VIANA | 167 |
| 22. BRINCANDO DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SILEUSA SOARES DA SILVA | 173 |
| 23. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS
SORAIA MITAUY FREITAS | 181 |
| 24. A PEDAGOGIA E AS TEORIAS QUE CONTRIBUEM PARA O EDUCAR
VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA | 189 |



GESTÃO DIRETRIZES E COMPROMISSOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo problematizar a carta de intenções de gestão de escola que atende crianças bem pequenas, com foco em assegurar os direitos de bebês e crianças, conforme as legislações que regulamentam instituições públicas e gratuitas. A pesquisa identificou a importância do trabalho em equipe e do diálogo contínuo entre todos os envolvidos na comunidade escolar, incluindo diretores, assistentes, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, famílias e crianças. Foi destacada a necessidade de parcerias com supervisão escolar, setores de apoio administrativo (e toda a rede de apoio à criança para assegurar a segurança e os direitos. A proposta a ser apresentada na carta de intenções visa estabelecer diretrizes claras para o planejamento, avaliação e execução das atividades que atende bebês e crianças de zero a seis anos de idade, promovendo uma gestão participativa e colaborativa. O trabalho contribui para o avanço da educação infantil ao oferecer um modelo de gestão focado na garantia de direitos e na qualidade do atendimento às crianças. Conclui-se que a gestão eficaz de uma instituição escolar requer um olhar atento e colaborativo de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Carta de Intenções; CEI; Direitos; Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática e participativa é uma premissa fundamental para o desenvolvimento eficaz das instituições educacionais, especialmente em escolas que atendem bebês e crianças em suas fases iniciais de desenvolvimento. Neste caso, a carta propõe um trabalho corresponsável com todos os profissionais que desempenham suas funções na instituição.

Este artigo tem como objetivo principal problematizar a carta de intenções para a gestão, focando em assegurar os direitos de bebês e crianças. A pesquisa foi

fundamentada nas legislações que regulamentam o funcionamento e atendimento das instituições públicas e gratuitas, visando fortalecer a parceria entre família e escola, os colegiados, a comissão de mediação de conflitos e a CIPA.

Os principais resultados da pesquisa identificaram a importância do trabalho em equipe e do diálogo contínuo entre diretores, assistentes, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, famílias e crianças, com destaque na necessidade de parcerias com supervisão

¹ Graduada em Pedagogia com pós graduação em Educação Especial. Atua como Diretora de Escola na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

escolar, setores da DRE, e toda a rede de apoio à criança para assegurar a segurança e os direitos dos bebês e crianças.

A proposta pedagógica da carta de intenções visa estabelecer diretrizes claras para o planejamento, avaliação e execução das atividades, promovendo uma gestão participativa e colaborativa, compreendendo que o trabalho planejado e de acordo com a realidade local contribui para o avanço da educação infantil, neste caso, apresentando um modelo de gestão focado na garantia de direitos e na qualidade do atendimento dispensado pelos profissionais aos bebês e crianças. Conclui-se que a gestão eficaz de uma instituição escolar requer um olhar atento e colaborativo de toda a comunidade escolar, considerando as temáticas voltadas ao cuidado com cada um e à segurança de todos.

O PORQUÊ DA CARTA DE INTENÇÃO DA GESTÃO

A carta inicialmente estabelece as intenções e diretrizes que guiarão o caminho educacional, podendo ser adaptadas, enriquecidas ou transformadas ao longo do percurso. Assim como planejar uma viagem, a Carta de Intenções oferece um roteiro inicial, expectativas e intenções, que podem ser ajustadas conforme as circunstâncias e aprendizados surgidos, valoriza a prática pedagógica cotidiana, muitas vezes não registrada formalmente, mas que influencia decisivamente as escolhas e direções tomadas. Nesta jornada educacional, os conhecimentos e experiências dos docentes, as manifestações e aprendizados das crianças e a intencionalidade pedagógica atuam como parceiros essenciais, caminhando juntos em direção aos próximos objetivos. (São Paulo, 2019).

Intencionar as ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo é uma ação necessária para a gestão escolar, pois é o momento que se retoma avaliações de

professores e funcionários, dos profissionais do quadro administrativo e anseios das famílias e das crianças, para traçar ações que possam assegurar as necessidades próprias de cada faixa etária e de acordo com Albuquerque(2024), considerar a individualidade de cada criança.

Conforme estabelecido pela Instrução Normativa SME Nº 02, datada de 6 de fevereiro de 2019, em seu parágrafo único, os registros diários da Unidade Escolar são formulados pelo educador com base na observação e interação com bebês e crianças, além de sua prática educativa. Esses registros são complementados por informações adquiridas em reuniões e atividades formativas organizadas pela equipe de gestão. É relevante destacar a opção de estabelecer comunicação com as famílias ou responsáveis através de agendas, redes sociais ou documentação educacional.

Portanto é necessário considerar os desafios de cada Unidade escolar em atender bebês e crianças. A exemplo, atender pequenos agrupamentos de duas turmas por sala física que é um desafio presente em algumas unidades da rede e intencionar ações de trabalho a serem desenvolvidas com afinco, exige estratégias conjuntas de forma a potencializar, habilidades e competências de cada um, com objetivo de assegurar o auxílio onde for necessário.

As parcerias e colaboração são soluções propostas pela carta de intenções, pois visa estabelecer o processo e a execução das atividades, promovendo uma gestão participativa e colaborativa.

Em referência a isso Mistreli e Cabral (2023) citam:

Ao contemplar a subjetividade promover um clima de aprendizagem construído coletivamente nas salas de aula, as ações educativas buscam que os valores institucionais sejam baseados com os valores da coletividade. Neste sentido é basal repensar o modelo para assegurar os que valores transmitidos "

sejam relevantes, significativos e estejam em consonância com as demandas da comunidade. "(Mistrelle e Cabral, p.40 2023).

A promoção da subjetividade e a construção de um clima de aprendizagem coletiva nas salas de referência são aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente significativa e transformadora. Conforme destacado por Mistrelle e Cabral (2023), é fundamental que os valores institucionais estejam alinhados com os valores da coletividade, refletindo as demandas, necessidades e aspirações da comunidade educativa.

Nesse contexto, requer uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade, promova o respeito mútuo, a empatia e a colaboração, e que reconheça e valorize as experiências, culturas e identidades das crianças.

Ao considerar a subjetividade na educação, reconhecemos a importância de compreender e respeitar as singularidades de cada um como explana Albuquerque (2024), as experiências, histórias de vida, interesses e habilidades, implicando em criar espaços inclusivos e acolhedores, onde os crianças e profissionais se sintam valorizados, ouvidos e compreendidos, e onde possam expressar suas opiniões, ideias e sentimentos livremente.

A construção de um clima de aprendizagem coletiva também é fundamental para promover uma educação democrática, participativa e centrada na criança. Isso envolve incentivar a colaboração, o diálogo e a troca de experiências entre todos. Ao trabalhar de forma colaborativa, a oportunidade de aprender com os pares, desenvolver habilidades socioemocionais essenciais, como a empatia, a resolução de conflitos e o trabalho em equipe, e construir conhecimentos de maneira significativa e contextualizada.

A relação entre os valores institucionais e os valores da coletividade fortalece a identidade e a missão da instituição educacional. É importante que os valores promovidos pela instituição sejam compartilhados e vivenciados por toda a comunidade educativa e demais membros da comunidade. Isso requer um compromisso coletivo em promover uma educação ética, inclusiva, democrática e comprometida com a transformação social.

Em suma a subjetividade em promover um clima de aprendizagem construído coletivamente nas salas de referência, as ações educativas têm o potencial de criar ambientes de aprendizagem mais significativos, inclusivos e transformadores.

Portanto, conforme discutido, as concepções de currículo que estão por trás das práticas pedagógicas são fundamentais para orientar as intervenções educacionais. Em colaboração com a direção e a supervisão escolar, é necessário organizar momentos de avaliação institucional para elaboração da Carta de Intenções. Além disso, essa colaboração é essencial para contribuir com o Plano de Ação e as metas estabelecidas pela Unidade Escolar (São Paulo, p. 189, 2022).

Neste contexto, é importante destacar a relevância da construção coletiva mais integrada e alinhada com as necessidades e realidades específicas da comunidade escolar. A organização de momentos de avaliação institucional, em parceria com a direção e a supervisão escolar, proporciona

A articulação e o diálogo promovem uma gestão escolar eficaz e centrada. Ao envolver todos os membros da comunidade educativa na elaboração e implementação de planos de ação potencializa-se a efetivação dos mesmos na prática educativa, garantindo que as estratégias e iniciativas propostas sejam relevantes, significativas e

estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da comunidade escolar como citam Mistreli e Cabral(2023). Além disso, essa abordagem colaborativa promove um senso de pertencimento, engajamento e responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos no processo educativo criando ambientes educacionais mais significativos, inclusivos e transformadores, que atendam às necessidades e aspirações da comunidade escolar e promovam o desenvolvimento integral e inclusivo de todos os bebês e crianças.

As parcerias são essenciais na construção e implementação da Carta de Intenções, fortalece a gestão participativa e colaborativa. Através dessas parcerias, é possível assegurar a segurança e os direitos das crianças e bebês atendidos pela instituição, criando um ambiente educacional seguro e inclusivo. Além disso, as concepções de currículo subjacentes às práticas pedagógicas são fundamentais para organizar, em conjunto com a direção e a supervisão escolar, os momentos de avaliação institucional, vital para a construção e estabelecimento de metas educacionais claras, demonstrando a importância da cooperação e parceria entre todos os envolvidos no processo educativo.

PARCERIAS DA GESTÃO

A gestão democrática e participativa é uma premissa fundamental para o desenvolvimento eficaz das instituições educacionais, nelas a carta de intenções tem caráter provisório, uma vez que esse registro é documento de planejamento a ser articulado entre professores, profissionais do quadro administrativo e familiares, crianças e que deve ser constantemente avaliada, revisitada e modificada a partir das contribuições dos membros de toda a comunidade educativa e do movimento que a prática educativa segue no decorrer do ano letivo.

Tendo como ponto de partida esse compromisso democrático assumido

institucionalmente em nível nacional, vale revisitar alguns conceitos basilares que autorizam reconhecer, nos pensamentos e nas ações educacionais, a democracia exercida em uma condição amplamente partilhada de gestão das questões da educação e, particularmente, da Educação Infantil. (São Paulo, p. 62, 2022).

Neste percurso é implícito nos olhares e planos o cuidado em relação a alimentação dos bebês e crianças atendidos, para que seja atendido o que regulamenta a Instrução Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para Educação Infantil/2022.

Uma forma de expandir o repertório alimentar e o conhecimento de novos alimentos é levar as crianças para fora dos muros da escola, a fim de descobrir novos espaços alimentares no entorno da unidade ou pela cidade.(São Paulo, p.49 2022).

Para ampliar o conhecimento sobre diferentes alimentos e diversificar a alimentação, uma estratégia eficaz é levar as crianças para explorar ambientes fora do ambiente escolar. Isso permite que elas descubram novos locais e experiências alimentares próximas à escola ou em diferentes áreas da cidade. Essa abordagem proporciona às crianças uma compreensão mais ampla e prática sobre a variedade de alimentos disponíveis, incentivando-as a experimentar e aprender sobre novos alimentos e culturas alimentares.

Portanto fomenta-se a parceria entre escola, nutricionista e funcionárias da cozinha, setor de reformas responsável tentando a possibilidade de ampliar a janela de serviço como orienta-se:

As rotinas e os protocolos que são estabelecidas nas refeições, sejam elas café da manhã, colação, almoço, lanche, refeição da tarde ou jantar, conforme especificidades dos CEIs, EMEIs, CEMEIs, EMEBS, devem acontecer em horários socialmente estruturados. Para este documento definiu-se como horários socialmente estruturados aqueles que consideram os horários estabelecidos para as refeições na cultura brasileira(São Paulo, p.47 , 2022).

O proposto é acompanhamento detalhado da reforma encaminhada pela rede educacional, com o objetivo de assegurar que as modificações atendam de forma eficaz e abrangente às necessidades específicas da unidade escolar. Esse acompanhamento será realizado em colaboração estreita com a Diretoria Regional de Educação (DRE) e demais membros da rede educativa. Através deste trabalho conjunto, assim o registrar e documentar as necessidades da unidade em ata, garante que todas as partes envolvidas tenham clareza sobre as demandas e expectativas. Esta abordagem colaborativa visa a promover uma reforma que não apenas atenda às necessidades estruturais e funcionais da unidade, mas também esteja alinhada com as metas educacionais e pedagógicas estabelecidas para a instituição.

DIREITOS DOS BEBÊS E CRIANÇAS

Há compreensão de que não há trabalho isolado na escola, que todos precisam cooperar para assegurar os direitos de aprendizagens. Assim, é implícito manter um diálogo constante entre diretor, assistente, coordenador pedagógico (realizando reuniões periódicas de gestão), e entre professores, funcionários e famílias, com consciência de que é processo, processo diário de busca por melhores estratégias de atender os bebês e crianças e também por cuidar das relações no cotidiano.

Vale lembrar que nossos documentos enfatizam a ação dos adultos para propiciar que as crianças tenham garantidos os seus direitos, suas aprendizagens e o seu desenvolvimento humano de forma contextualizada. (São Paulo, 189, 2022).

Considerando a complexidade do fazer educativo em uma instituição escolar, onde cada segmento precisa desenvolver suas funções com eficiência, é imprescindível um olhar atento de toda a comunidade escolar. O olhar atento ao todo é garantido na completude do olhar de todos. A atenção constante às necessidades individuais e coletivas dos bebês e crianças atendidas é um compromisso inegociável da gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a gestão eficaz de uma instituição escolar requer um olhar atento e colaborativo de toda a comunidade escolar, considerando as temáticas voltadas ao cuidado com cada um e à segurança de todos. A elaboração da carta de intenções se apresenta como uma ferramenta indispensável para orientar e nortear as ações da gestão, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças atendidas pela instituição.

A educação, em sua essência, é um processo dinâmico e complexo que demanda constante reflexão, planejamento e adaptação para atender às necessidades variadas e em constante evolução dos bebês e crianças. A Carta de Intenções, como discutido anteriormente, emerge como um instrumento fundamental no trabalho de todos, servindo como um roteiro inicial que orienta e informa o planejamento, execução e avaliação das atividades educacionais. Ela encapsula as intenções, expectativas e diretrizes que guiam o percurso educacional, podendo ser ajustadas, enriquecidas ou transformadas conforme as circunstâncias e aprendizados emergentes.

A importância das parcerias e colaborações no contexto educacional não pode ser subestimada. Essas estratégias são centrais para a construção de uma gestão participativa e colaborativa, permitindo uma distribuição eficaz dos recursos e a criação de um ambiente educacional inclusivo, seguro e de qualidade. As parcerias estabelecidas com a supervisão escolar, os setores de auxílio administrativo e toda a rede de apoio à criança são essenciais para assegurar a segurança, os direitos e o bem-estar das crianças e bebês atendidos pela instituição.

No âmbito da gestão escolar, as parcerias e colaborações também desempenham um papel fundamental na

organização e realização da avaliação institucional. Trabalhando em conjunto com a direção e a supervisão escolar, é possível organizar momentos de avaliação que informam e orientam a construção do Plano de Ação da instituição. Essa colaboração mútua facilita a definição de metas educacionais claras e a implementação de estratégias pedagógicas eficazes, alinhadas com as necessidades e realidades específicas da comunidade escolar.

A questão da acessibilidade e inclusão também emerge como temas centrais na educação contemporânea. A acessibilidade não é apenas uma questão de adaptação física, mas também de criar ambientes e práticas pedagógicas que sejam acolhedores, inclusivos e acessíveis a todos os bebês e crianças., independentemente de suas capacidades ou limitações. Quando projetada com base nos princípios do design inclusivo, a acessibilidade beneficia não apenas os bebês e crianças com deficiências, mas toda a comunidade escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem mais rico, diversificado e enriquecedor.

O acompanhamento e a implementação de reformas estruturais também são aspectos cruciais da gestão escolar. É imperativo que as reformas sejam planejadas e executadas de forma cuidadosa e colaborativa, envolvendo todas as partes interessadas, como a empresa responsável pela execução da reforma, a DRE e a rede educativa. Através deste trabalho conjunto, é possível assegurar que as reformas atendam às necessidades específicas da unidade escolar, promovendo melhorias significativas e sustentáveis no ambiente educacional.

Em síntese, a educação é um processo coletivo que requer a colaboração e o comprometimento de todos os envolvidos - educadores, gestores, famílias e comunidade. Através da construção de parcerias sólidas, da elaboração de

planejamentos cuidadosos e da promoção de práticas inclusivas e acessíveis, é possível criar ambientes educacionais que sejam verdadeiramente enriquecedores, equitativos e transformadores. A Carta de Intenções, as parcerias e as colaborações emergem, assim, como pilares fundamentais na construção de uma educação de qualidade, centrada no aluno e comprometida com a promoção do desenvolvimento integral e inclusivo de todos os bebês e crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, André Alves de. A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NO AEE E NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PAULISTA. *Revista Primeira Evolução*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 50, p. 31–36, 2024. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/542>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- MISTRELI e CABRAL, **Valores Institucionais e Fomento Para Uma Cultura Inclusiva: a Função Essencial da Gestão** in: *Gestão escolar: resultados e perenidade*. Org Paulo Henrique de Souza – 1ª Ed. Belo Horizonte – MG – Crescente Educacional e Desenvolvimento Humano LTDA, 2023.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 256p.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Educação Infantil**. – 2. ed. – São Paulo : SME / COPEd, 2022.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Coordenadoria de Alimentação Escolar **Orientação Normativa de educação alimentar e nutricional para Educação Infantil**. – 2. ed. – São Paulo : SME / COPEd / CODAE, 2022
- SÃO PAULO: **Instrução Normativa SME Nº 02**, De 06/02/2019 - Aprova A Orientação Normativa Nº 1, De 06/02/2019, Que Dispõe Sobre Os Registros Na Educação Infantil 07 fevereiro 2019 – Disponível: INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 02, DE 06/02/2019 - APROVA A ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 06/02/2019, QUE DISPÕE SOBRE OS REGISTROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (sinesp.org.br) Acesso em 19/04/2024.





<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva
Alecina do Nascimento Santos
André Luiz Dias Leite
Andressa Talita de Lara
Angelita Aparecida Ferreira Gebin
Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima Tomás
Dias dos Santos Gama
Beatris Maria Mocellin
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Dinah Luisa da Silva
Ester de Paula Oliveira
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Josefa Bezerra de Meneses
Letícia Zuza de Lima Cabral
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Maria de Fátima Costa Rocha
Marilena Wackler
Sidnéa dos Santos Quintino Amorim
Sidneia Viana
Sileusa Soares da Silva
Soraia Mitauy Freitas
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

